



RESOLUÇÃO

ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA

INTENSIFICAR A LUTA PELA ALTERNATIVA, DE ESQUERDA E SOBERANA

Portugal encontra-se numa situação dramática. As políticas seguidas ao longo dos últimos trinta e oito anos submeteram o país aos interesses do grande capital, por via da alienação dos sectores estratégicos e da destruição da capacidade produtiva nacional, da intensificação da exploração dos trabalhadores e do empobrecimento do povo, da imposição de medidas inconstitucionais orientadas para dismantelamento, encerramento ou privatização das funções sociais do Estado e dos serviços públicos.

O “fim da tróica” não representou nem o fim da ingerência estrangeira em Portugal nem o termo da política de afundamento económico e social do país. O Governo prossegue as mesmas medidas de “austeridade” através, nomeadamente, da continuação do programa de privatizações de empresas públicas, agora com os processos em curso no sector dos transportes e das telecomunicações, assim como prossegue a ofensiva para reconfigurar o papel do Estado, numa lógica também privatizadora, assistencialista e caritativa, tendo como objectivo explícito transferir ainda mais recursos para o grande capital. Muitas outras medidas anti-laborais e anti-sociais estão em curso, atingindo com maior ferocidade os trabalhadores, os desempregados, os reformados e pensionistas.

Ao contrário das mentiras e declarações eleitoralistas do Governo PSD/CDS-PP, o país não está melhor mas, pelo contrário, está muito pior. O crescente declínio económico e social agravou-se perigosamente com o aprofundamento da integração capitalista na UE, de que são exemplo a aplicação dos PEC's e do programa de agressão assente no “memorando” das tróicas. A política de direita e a ingerência externa continuam a dominar as opções do Governo e são responsáveis pela situação dramática em que vive a grande maioria dos portugueses.

Portugal está mais dependente e gravemente mutilado na sua soberania, mais endividado, mais pobre e mais desigual. Os últimos dados da execução orçamental mostram que a evolução do PIB continua bastante anémica, depois de uma quebra de 6,7%, entre 2009 e 2014, e que o investimento também continua a cair, com um valor inferior ao verificado em 1995, enquanto o crédito mal parado se mantém em níveis muito elevados.

Os problemas financeiros agravaram-se e, apesar das brutais medidas de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do povo, o défice no final de 2014 não baixou dos 4,8%, enquanto a dívida tornou a aumentar, subindo para quase 130% do PIB e ficando em risco de ficar fora de controlo se persistir a política que tem sido seguida. Portugal é presentemente o quarto país mais endividado do mundo (dívida pública e privada) e confronta-se com um volume enorme de encargos com os juros da dívida, que absorvem recursos elevadíssimos, excedendo a despesa com o SNS.

No plano social, a destruição de mais de 230 mil empregos nos últimos quatro anos agravou brutalmente o desemprego, que já atinge mais de um milhão de trabalhadores, e obrigou muitas centenas de milhar a emigrar, nomeadamente jovens, não por opção, mas por imposição de uma política que lhes nega o futuro no nosso país. O acesso às prestações de desemprego é, também, negado a mais de dois terços dos desempregados, sendo que de entre os mais afectados pela falta de cobertura das prestações de desemprego 70% são mulheres e 85% são jovens com menos de 35 anos de idade.

Apesar deste flagelo, o Governo quer ainda impor a chamada “requalificação” dos trabalhadores da Administração Pública, um artifício para concretizar despedimentos sem justa causa e diminuir até 60% o

salário dos trabalhadores, no âmbito de um processo mais geral que visa extinguir mais 12 mil postos de trabalho nos serviços da Administração Pública. Estamos perante um ataque sem precedentes aos direitos sociais e à própria Administração Pública, quando esta se debate com graves insuficiências de pessoal na saúde, educação, segurança social, justiça, administração local, segurança pública e noutras áreas da Administração directa e indirecta do Estado que prestam serviços públicos.

Quanto aos salários, as medidas impostas pelo Governo consumaram uma brutal transferência de rendimentos do trabalho para o capital, sendo os trabalhadores espoliados num valor superior a 17 mil milhões de euros só nos últimos quatro anos. A significativa diminuição do peso das remunerações do trabalho no PIB reforça a posição de Portugal na cauda da Europa, em relação à distribuição da riqueza produzida e às desigualdades sociais.

As sucessivas revisões do Código do Trabalho e da legislação laboral da Administração Pública, a par do desrespeito por normas consagradas na contratação colectiva, são indissociável dos ferozes ataques do Governo à negociação colectiva nos sectores público e privado e que tiveram como consequência o reforço do bloqueio patronal à negociação, com uma quebra vertiginosa das convenções acordadas, bem como a diminuição do número de portarias de extensão e a redução brutal do número de trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva.

Por outro lado, o Governo prolongou e intensificou ainda mais a ofensiva exploradora contra os trabalhadores, assim como o ataque aos reformados e pensionistas e aos desempregados, acentuando a quebra do rendimento disponível também por outras vias, para além dos salários. São disso exemplo o agravamento da tributação fiscal e a imposição de taxas contributivas sobre os salários, pensões e outros rendimentos familiares, o roubo dos subsídios de férias e de natal, os cortes no pagamento do trabalho extraordinário e de outras matérias pecuniárias, a eliminação de dias feriados e dias de férias, a facilitação dos despedimentos e diminuição do valor das indemnizações, a redução das prestações sociais, etc. Enfim, um ataque sem precedentes de espoliação dos trabalhadores e do povo, que põe cerca de três milhões de portugueses em situação de pobreza extrema e coloca Portugal como um dos países mais desiguais da U.E.

A sucessão de tragédias pessoais a que o país tem assistido nos últimos meses, em que o Governo trata dos cuidados de saúde, das escolas e da segurança social como simples mercadoria e os doentes, os alunos e os contribuintes da segurança social como um mero número descartável, mostra a natureza vil e desprezível deste Governo e os efeitos nefastos da sua estratégia economicista e exploradora, que é parte integrante de uma opção ideológica retrógrada, antidemocrática e antipatriótica.

É necessário inverter o rumo de desastre a que a política de direita conduziu o país, libertar os trabalhadores e o povo do ciclo infernal da exploração e do empobrecimento, romper as amarras da ingerência estrangeira e construir uma alternativa política, de Esquerda e Soberana, rumo a um Portugal de Futuro e de Progresso. Apesar da enorme ofensiva das forças do capital e do Governo ao seu serviço, a luta dos trabalhadores foi determinante para atrasar ou mesmo abortar muitas medidas gravosas, manter postos de trabalho ameaçados de destruição, aumentar salários e defender direitos consagrados na contratação colectiva. Lutas que têm sido travadas com muita coragem para defender os interesses dos trabalhadores e das populações mas, também, a nossa economia e a soberania nacional.

Há soluções e respostas para os problemas do país! Com os trabalhadores e o povo é possível construir a alternativa política, de Esquerda e Soberana que Portugal necessita. Nesse sentido, os participantes nesta concentração, no âmbito da Acção Nacional de Luta convocada pela CGTP-IN e que hoje se está a realizar em todo o país, decidem:

- **Saudar os trabalhadores e trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado que com muita determinação têm lutado e resistido à brutal ofensiva do patronato e do Governo** e exortam-nos a prosseguir e intensificar a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, pelos seguintes objectivos imediatos:

- **A defesa do emprego com direitos, permanente e de qualidade**, combatendo a precariedade, valorizando as profissões e as carreiras profissionais e exigindo a revogação da famigerada lei da “requalificação” para os trabalhadores da Administração Pública;
 - **O aumento geral dos salários**, para responder às necessidades dos trabalhadores e garantir uma melhor distribuição da riqueza, a valorização da força de trabalho, o crescimento da economia e o reforço da sustentabilidade financeira da segurança social;
 - **A defesa da contratação colectiva, assegurando o efectivo exercício da negociação colectiva** para melhorar as condições de trabalho e assegurar o respeito pelos direitos colectivos, indissociáveis da integração social e da efectivação da democracia, nas suas componentes política, económica, social e cultural;
 - **O cumprimento da aplicação das 35 horas de trabalho** na Administração Pública e a redução progressiva do horário de trabalho semanal para as 35 horas para todos os trabalhadores; **Combater a desregulamentação dos horários de trabalho e exigir a reposição dos dias de férias e dos feriados** roubados aos trabalhadores;
- **Exortar à mobilização dos trabalhadores e do povo português para multiplicar os protestos e a luta de massas**, para acabar com este Governo, derrotar a política de direita e afirmar a exigência de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana, que tenha como imperativo nacional:
 - **Afirmar o primado dos interesses nacionais**, o que exige **renegociar a dívida**, nos seus montantes, prazos, juros e condições de pagamento e **libertar Portugal das amarras do Tratado Orçamental** e de outros instrumentos que limitam a sua soberania;
 - **Aumentar a produção nacional, combater os processos de privatização em curso** e retomar o controlo do Estado sobre as empresas e os sectores estratégicos para o desenvolvimento do país;
 - **Acabar com as medidas de exploração no trabalho e de empobrecimento do povo; aumentar o salário mínimo nacional para 540 euros a partir de 1 de Janeiro e a sua actualização progressiva de forma a atingir os 600 euros no início de 2016; devolver aos trabalhadores e reformados tudo o que lhes foi roubado; melhorar a protecção social aos trabalhadores, aos desempregados e aos reformados;**
 - **Exigir a revogação das normas gravosas do Código de Trabalho e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas;**
 - **Reforçar e melhorar as funções sociais do Estado**, exigindo o cumprimento constitucional que consagra o direito a todos os portugueses a uma Escola Pública Democrática, inclusiva e gratuita, um Serviço Nacional de Saúde de qualidade e gratuito e uma Segurança Social Pública, Universal e Solidária; Defender o Poder Local Democrático, conquista do povo português, lutando pela sua autonomia e afirmação dos valores e direitos de Abril consagrados na CRP;
 - **Implementar uma política fiscal mais justa e que esteja ao serviço do país**, o que passa por garantir o aumento da receita fiscal através da taxação do capital e da diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho;
 - **Apoiar as lutas de empresas e sectores já convocadas para as próximas semanas, saudando em particular a Greve da Administração Pública, que se vai realizar em 13 de Março, e a Marcha contra a precariedade e a exploração!”,** com acções centradas nos locais de trabalho e a culminar com uma **Manifestação em Lisboa, no dia 28 de Março, Dia Nacional da Juventude.**

7 Março 2015